Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019

CA/DG/VC/LCSM 0459/20

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



Rua Major Quedinho 90 Consolação - São Paulo, SP - Brasil 01050-030

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores do Associação Direitos Humanos em Rede São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Associação Direitos Humanos em Rede ("Conectas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Associação Direitos Humanos em Rede em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e em conformidade com a ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive
  as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os
  eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/0-1

Carlos Aragaki

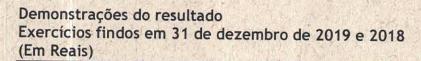
Contador CRC 1 SP 132091/0-1

Conectes

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	2018	2.143 284.307 6.518.630	6.805.080 82.212 82.212	3.987.304
	2019	16.177 333.003 3.549.762	3.898.942 107.150 107.150	4.684.480
	Nota explicativa	,	13	8
Passivo e patrimônio líquido	Samulation of the same of the	Contas a pagar Contas a pagar Obrigações sociais Doações antecipadas	Não circulante Obrigações fiscais a recolher Patrimônio líquido	Patrimônio social Total do passivo e patrimônio líquido
	2018	10.561.440 51.541 10.612.981	78.638 153.408 29.569	261.615
	2019	8.313.935 18.304 8.332.239	105.376 216.744 36.214	358.334
	Nota explicativa	w <b>4</b>	רט דט	
Ativo		Circulante Caixa e equivalentes de caixa Outras contas a receber	Não circulante Depósitos judiciais Imobilizado	Total do ativo

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





Receitas com doações	Nota explicativa	2019	2018
Doações nacionais	7	886.444	459.591
Doações no exterior	7	7.307.762	6.403.027
Receitas com voluntários	10	74.654	184.844
Despesas das atividades		8.268.860	7.047.462
Custos das áreas temáticas	9	(5.699.024)	(4.891.552)
Despesas continuadas		(2.518.161)	(2.017.558
Despesas tributárias		(48.340)	(31.837)
Recuperação de despesas		146.064	190.688
Outras despesas Outras receitas	THE RESERVE OF THE STREET	(5.622)	(685)
Odcias receitas		28.957	
		(8.096.126)	(6.750.944)
(Déficit/superávit) antes do resultado financeiro		172.734	296.518
Resultado financeiro	11	524.442	481.453
Superávit do exercício		697.176	777.971
Outros resultado abrangentes			
Resultado abrangente do exercício		697.176	777.971

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações das mutações do patrimônio liquido (Em Reais)

	Patrimônio	Superávit	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	Social 2.932.023	acumulado 277.310	Total 3.209.333
Incorporação de superávit Superávit líquido do exercício	277.310	(277.310)	176.777
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.209.333	777.971	3.987.304
Incorporação de superávit Superávit líquido do exercício	177.777	(777.971) 697.176	. 697.176
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.987.304	697.176	4.684.480
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			



Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Fluvor do caiva das stirituit	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais Superávit do exercício	697.176	777,971
Depreciações	66.432	55.519
Baixa depreciação	(29.382)	(2.617)
Baixas de ativo imobilizado	35.822	3.002
Despesas antecipadas		457
Superávit do exercício ajustado	770.048	834.332
Aumento/(redução) em ativos		
Outras contas a receber	33.238	27.894
Depósitos judiciais	(26.738)	(12.133)
Aumento/(redução) em passivos		
Contas a pagar	14.034	2.053
Obrigações sociais	48.696	(54.906)
Obrigações tributárias	24.938	12.672
Doações antecipadas	(2.968.868)	2.979.519
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(2.104.652)	3.789.431
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(142.853)	(32.125)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	(142,853)	(32.125)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.247.505)	3.757.306
Caixa e equivalentes de caixa no fim exercício	8.313.935	10.561.440
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	10.561.440	6.804.134
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.247.505)	3.757.306



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

# Contexto operacional

A Associação Direitos Humanos em Rede ("Conectas" ou "Entidade") é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2001 em São Paulo - Brasil. Sua missão é promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, no Sul Global - África, América Latina e Ásia.

Desde janeiro de 2006, tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde maio de 2009, dispõe de status de observador na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Şua visão é de um mundo justo, com um movimento de direitos humanos realmente global, diverso e efetivo, onde instituições nacionais e a ordem internacional sejam mais transparentes, efetivas e democráticas.

# 2. Apresentação das demonstrações contábeis e descrição das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e em conformidade com a ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O valor justo dos trabalhos voluntários e das gratuidades é apresentado na Nota nº 10.

Na elaboração das demonstrações contábeis foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, incluindo estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a apuração do valor justo dos ativos financeiros, provisões necessárias para passivos e outras avaliações. O resultado real pode apresentar variação em relação a essas estimativas. A Conectas revisa essas estimativas e premissas pelo menos quando da preparação das demonstrações contábeis.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Administração em 14 de fevereiro de 2020.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

# Resumo das práticas contábeis

# 2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, com liquidez diária, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizadas pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### 2.2. Ativos financeiros

A Administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado: (a) e empréstimos e recebíveis; (b). a classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os títulos e valores mobiliários são classificados como "Títulos para negociação". Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

# (a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (déficit/superávit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do superávit afetada pela referida operação.

## (b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

#### 2.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. Os bens recebidos em doação, pelo valor destacado em documento firmado pelo doador ou, na ausência deste, pelo valor simbólico de R\$ 1 (um real), em contrapartida da conta de receita de doações. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

# (a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros são revisados periodicamente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado.

Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

# 2.4. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

#### 2.5 Tributos incidentes sobre as operações

A Associação Direitos Humanos em Rede é uma entidade sem fins lucrativos, isento de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido (Nota nº 12). Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias da atividade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) contribuição para a Associação Nacional do Seguro Social (INSS) - pagamento integral da contribuição patronal e de empregados; (c) IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras - retenção feita regularmente pelas instituições financeiras; (d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - contribuição de 8% incidente sobre o montante da folha de pagamentos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

# 2.6 Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos e deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Os passivos registrados são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

### 2.7 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

# 2.8. Apuração do resultado

As receitas com doações e contribuições são reconhecidas contabilmente quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

Ao final do exercício, os recursos não utilizados e que estão comprometidos com projetos são classificados no passivo como "Doações antecipadas".

#### Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Contas-correntes	970	26.040
Aplicações Financeiras (*)	8.312.965	10.535.400
	8.313.935	10.561.440
		CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE

(\*) Representados por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas pósfixadas em torno de 93,24% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e por operações compromissadas, com liquidez diária e utilizados pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### 4. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, referem-se, principalmente, a adiantamento de aluguel, adiantamento a empregados e seguros D&O e Patrimonial.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

# 5. Imobilizado e Intangível

		2019		2018	
	Custo	Depreciação amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação amortização (%)
Bem Móves					AV Developed
Móveis e utensílios	169.241	(88.542)	80.699	75.509	10
Equipamento de Informática	212.929	(148.614)	64.315	63.681	20
Equip. de Telecomunicações	62.445	(12.426)	50.019	14.218	10
Equipamentos eletrônicos	25.518	(3.807)	21.711	M.YEMIN	20
Pone intermittal	470.133	(253.389)	216.744	153.408	
Softwares	66.987	(30.774)	36.213	29.569	20
	537.120	(284.163)	252.957	182.977	144414

A movimentação do imobilizado e intangível pode ser assim demonstrada:

Saldos no início do exercício	2019	2018
Aquisição de bens Baíxa de bens (Depreciação)/amortização	142.853 (35.822) (37.050)	32.125 (3.002) (52.902)
Saldos no final do exercício	252.957	182.976

Foram feitas doações às Casas André Luiz de mobiliários não utilizados. As baixas e os ajustes foram efetuados mediante laudo físico fornecido pela AFIXCODE para atualização dos bens conforme normas contábeis estabelecidas pela NBC TG 1000.

#### 6. Obrigações sociais

Referem-se principalmente a encargos relacionados à provisão de férias.

#### 7. Doações e doações antecipadas

A Entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.

Do total dos recursos recebidos em 2019 no montante de R\$ 11.818.262 (2018 - R\$ 13.566.092), R\$ 8.268.860 (2018 - R\$ 7.047.462) foram aplicados neste exercício e R\$ 3.549.762 (2018 - R\$ 6.518.630) serão aplicados em 2020 na continuidade dos projetos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

# 8. Patrimônio liquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

Na hipótese de extinção da Associação, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99.

Na hipótese de a Associação perder a qualificação instituída na Lei nº 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

# 9. Despesas das atividades

	2019	2018
Serviços prestados Pessoa Jurídica	(991.611)	(609.672)
Serviços prestados Pessoa Física	(43.769)	(100.971)
Gastos com pessoal	(1.159.219)	(973.804)
Gastos com viagem	(88.195)	(41.410)
Custos com áreas temáticas/iniciativas	(5.699.024)	(4.891.552)
Outras despesas	(114.308)	(133.535)
Total )	(8.096.126)	(6.750.944)

#### Áreas Temáticas

	2019*	2018
Violência Institucional	(1.512.464)	(1.658.356)
Fortalecimento do Espaço Democrático	(2.610.640)	(1.715.580)
Desenvolvimento e Direitos Socioambientais	(1.575.920)	(1.517.616)
Total	(5.699.024)	(4.891.552)

### (\*) Representadas por:

Área temática	Iniciativa	2019
	Pessoas privadas de liberdade	(597.772)
Violência	Fiscalização de Atividades das Forças de Segurança	(250.840)
Institucional	Política de Drogas	(298.071)
	Direito ao protesto	(365.782)
	Sociedade Civil em Espacos de Decisão	(285.099)
	Articulação Sul-Sul	(345.532)
Fortalecimento	Revista Sur	(631,193)
do Espaço	Migração	(482.819)
Democrático	Mobilizações Religiosas contra Direitos	(188.496)
	Colóquio Internacional de Diretos Humanos	(677.500)
D	Financiamento do desenvolvimento	(374.247)
Desenvolvimento	Responsabilidade Corporativa	(411.991)
e Direito	Combate à Escravidão Contemporânea	(382.147)
Socioambiental	Clima e Direitos Humanos	(407.535)
Total		(5.699.024)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Descrição dos programas

Programa de Enfrentamento à Violência Institucional

### Privados de liberdade

O Brasil tem o quarto maior número de pessoas encarceradas no mundo, e essa situação não mudou por anos a fio. A Conectas tem tido uma longa atuação pressionando por mudanças no sistema prisional no país. Como parte de nosso trabalho na luta contra a tortura, a Conectas tem realizado diversas sessões de treinamento sobre como investigar tortura. A informação foi baseada no Protocolo de Istambul, com foco em vulnerabilidades de mulheres em particular. Os workshops contaram com a participação de organizações de sociedade civil trabalhando com litígio estratégico; médicos; juízes; e profissionais do Judiciário. A Conectas também produziu um manual sobre como identificar e aferir casos de tortura por policiais durante audiências de custódia.

Além da capacitação de agentes importantes no contexto, a Conectas tem trabalhado para proteger e promover mecanismos de combate à tortura no Brasil. O sistema nacional de prevenção inclui o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT). Ambas as instituições estavam sob ameaça em 2019. Em junho, o presidente Bolsonaro removeu onze peritos do mecanismo. A Conectas e seus parceiros lideraram um grande movimento nacional e internacional de pressão sobre o governo para revisão da decisão. Nessa ocasião, o trabalho com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi muito importante. A Conectas também contribuiu para a multiplicação do mecanismo de prevenção nos estados da federação, garantindo a cobertura de todo o sistema prisional, em especial no estado do Maranhão e no Distrito Federal.

A Conectas monitora in loco instalações prisionais no país. A equipe da Conectas visita regularmente o complexo penitenciário de Pedrinhas, no Estado do Maranhão, produzindo evidências sobre a situação em seu interior, pressionando pelo respeito às normas internacionais concernentes ao bem-estar dos presos e reunindo informações sobre alegações de tortura. Além das visitas in loco, a Conectas monitora a situação como membro do CNPCT e pressiona o governo para fornecer recursos para inspeções das instalações prisionais.

A Conectas trabalha para evitar a superlotação de prisões. A Conectas tem participado dos debates sobre a prisão em segunda instância e sobre o perdão assinado pelo presidente Bolsonaro. Visando melhoras nas vidas daqueles que deixam o sistema prisional, a Conectas publicou o relatório "O preço da liberdade: fiança e multa no processo penal", mostrando que a eficiência de fiança e multas depende da situação financeira do infrator. Na prática, elas servem como filtro financeiro que leva ao aprisionamento e a perda de direitos das pessoas pobres.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

#### Direito ao Protesto

A Conectas tem uma longa atuação contra iniciativas que tentam restringir o direito ao protesto. Para fazê-lo, a Conectas trabalha nacional e internacionalmente para a impedir a punição de manifestantes pelo exercício de seu direito de reunião. Em 2018, em conjunto com seus parceiros, a Conectas denunciou a condenação de 23 manifestantes no Rio de Janeiro à ONU. A Conectas participou em um *amicus curiae* em um caso no Supremo Tribunal Federal para derrubar a exigência de aviso prévio para a realização de protestos públicos. As condenações foram revogadas pelo STF em fevereiro. Em 2019, a Conectas também se opôs à decisão do governo de usar as forças armadas para monitorar protestos, descrito como um claro desrespeito ao regime democrático.

### Fiscalização de Atividades das Forças de Segurança

Um dos principais desafios à Fiscalização de Atividades das Forças de Segurança no Brasil em 2019 é o Projeto de Lei Anticrime, uma série de emendas à legislação criminal e processual proposta pelo Ministro da Justiça, Sergio Moro. Entre os diversos artigos que teriam impacto negativo para fiscalização de atividades policiais e para o encarceramento em massa, a cláusula prevendo a excludente de ilicitude era particularmente problemática. Este dispositivo, na prática, isentaria policiais de responsabilidade sobre crime cometidos no cumprimento do dever e tem sido descrita por acadêmicos e pela sociedade civil organizada como uma licença para matar. Após forte pressão da sociedade civil e de profissionais de justiça, o artigo e outros que eram especialmente nocivos aos direitos humanos foram removidos do projeto de lei. A Conectas acionou os mecanismos internacionais sobre os riscos do dispositivo e apresentou a questão à mídia.

Além dos desafios no Congresso, a violência perpetrada por forças policiais no Brasil escalou consideravelmente em 2019. Em São Paulo, um projeto de lei foi apresentação para abolir a figura do ouvidor da Polícia no mesmo ano em que diversos massacres foram cometidos no estado. A Conectas coopera estreitamente com as vítimas buscando reparação e responsabilização. No Rio de Janeiro, a situação foi particularmente séria em 2019. Múltiplos assassinatos foram cometidos por forças policiais e pelas forças armadas. A Conectas juntouse a parceiros no Rio de Janeiro para denunciar a situação internacionalmente; para pressionar o governo a reforçar a responsabilização; e para buscar reparações para as vítimas.

#### Política de drogas

Em 2019, o novo governo propôs grandes mudanças à Política de Drogas de 2006, agravando a situação no país. O governo tem feito uma ofensiva por uma política de drogas centrada na abstinência. A Conectas e a Plataforma Brasileira de Política de Drogas uniram-se no Congresso para contar o Projeto de Lei 37, apresentado ainda em 2012 pelo atual Ministro da Cidadania (responsável pela administração da política de drogas).



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 / (Em Reais)

O projeto de lei acabou por se tornar a lei 13.840/2019, a qual reforma a Lei de Drogas de 2016 para incluir políticas já em vigor no Executivo.

Como o arcabouço legal enfrentou este revés no primeiro semestre, a Conectas tem participado de conversas com diferentes atores para monitorar a implementação da nova lei por governos locais e explorar caminhos para questioná-la por meio de litígio e ação internacional. Atualmente, estamos colaborando com a Associação Nacional de Defensores Públicos para criar protocolos de procedimento para as Defensorias Públicas ao redor do país, já que a nova lei determina que eles sejam informados imediatamente de todos casos de tratamento forçado de pessoas que usam drogas (PQUD). Além disso, a Conectas está documentando junto com o Ministério Público Eederal para estudar os impactos de direitos humanos da mudança de política de práticas de redução de danos para uma política de abstinência forçada.

Em complemento, a Conectas colaborou com diversas organizações no Brasil e no exterior para discutir novas políticas concernentes à Política de Drogas, buscando apresentar uma nova perspectiva que fuja à "Guerra das Drogas" e se aproxime de uma abordagem mais humana. Como parte desse trabalho, a Conectas participou da Conferência Internacional de Reforma de Políticas de Drogas em St Louis (EUA), em novembro.

A Conectas também tem atuado no Judiciário, visando à descriminalização das drogas e promovendo uma abordagem fundamentada em direitos humanos. A Conectas e seus parceiros têm pressionado o Supremo Tribunal Federal a analisar o Recurso Extraordinário 635.659, a respeito da constitucionalidade da Lei de Drogas de 2006. Como parte desse trabalho, a Conectas e seus parceiros lançaram uma petição reivindicando que o STF descriminalize as drogas. Se a Corte Suprema considerar o artigo 28 da lei inconstitucional, o novo entendimento será de que a posse de drogas para consumo pessoal não poderá ser considerada crime. A petição já tem aproximadamente 15.000 assinaturas e será enviada ao STF assim que o caso entre na pauta de votação da Corte.

A Conectas tem atuado longamente para reduzir os efeitos da política punitiva de drogas no encarceramento de mulheres e jovens. Desde 2016, quando o Supremo Tribunal Federal julgou que réus primários por tráfico poderiam ter alternativas ao encarceramento, a Conectas tem trabalhado para expandir essa medida e garantir sua implementação por tribunais locais e por promotores. Em 2019, a Conectas publicou um relatório expondo como o sistema de justiça resiste a respeitar o julgado do STF; essa informação está sendo usada em novos estágios de ativismo direcionado ao sistema de justiça.

### Programa de Fortalecimento do Espaço Democrático

#### Sociedade civil em espaços de decisão

O primeiro dia útil do governo Bolsonaro foi marcado pela adoção de uma medida provisória colocando em prática sua promessa de campanha de "acabar com todas as formas de ativismo".



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Publicada em 02 de janeiro, a Medida Provisória No. 870/0219 deu à Secretaria do Governo da Presidência da República a autoridade para "supervisionar, coordenar, monitorar e observar as atividades e ações de organismos internacionais e organizações governamentais no território nacional".

A sociedade civil influenciou vitoriosamente a passagem da medida no Congresso Nacional e logrou derrubar o artigo que garantia o controle das organizações pelo Estado. Após exercer forte pressão, a comissão conjunta analisando a questão decidiu retirar o poder da Secretaria de Governo de monitorar as atividades de organizações não-governamentais.

## Articulação Sul-Sul

O trabalho internacional da Conectas tem como base o monitoramento da Política Externa Brasileira, a construção de solidariedade internacional, o acionamento de mecanismos internacionais e a expressão da voz do Sul Global em fóruns internacionais. A Política Externa Brasileira mudou profundamente, passando a uma posição nos fóruns internacionais de oposição aos direitos das mulheres e da população LGBT. Nesse contexto, a Conectas teve que aumentar sua presença internacional e apresentar resistência aos representantes do Brasil nos fóruns, particularmente em sessões do Conselho de Direitos Humanos.

Conectas esteve presente em três sessões do Conselho de Direitos Humanos em Genebra em 2019. Além disso, apoiou a missão de representantes da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) - uma das principais redes pressionando por direitos LGBT no Brasil - e um representante da Coalizão Negra por Direitos, uma rede de organizações antirracistas e negras defendendo os direitos da comunidade negra no Brasil. Sediou um evento intitulado "A situação dos Direitos Humanos no Brasil" com diversos parceiros brasileiros, e o evento "Novo Autoritarismo: implicações para Direitos Humanos e Sociedade Civil", com organizações de diversos países.

Além disso, a Conectas fez diversas declarações denunciando a situação de direitos humanos no Brasil e apresentou um relatório intermediário sobre a situação de direitos humanos no Brasil - o relatório é parte da estratégia da Revisão Periódica Universal.

#### Migração

Em 2019, o novo governo trouxe diversos desafios aos direitos dos migrantes no Brasil. As principais questões foram a manutenção da legislação protegendo direitos dos migrantes - baseada na Lei de Migração de 2017 - e a manutenção das portas abertas à migração venezuelana na fronteira ao norte do país. A Conectas trabalhou com diversos parceiros para garantir que ambas as áreas estejam cobertas, visando a uma melhor situação para migrantes no Brasil.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

No início de 2019, o Brasil anunciou sua saída do Pacto Global para Migração da ONU. O acordo aborda questões tais quais como mais efetivamente proteger migrantes e como integrá-los à sociedade. A Conectas denunciou a situação e trabalhou para evitar novos retrocessos no que tange aos direitos dos migrantes. O novo governo também tentou extraditar Ali Sipahi, cidadão turco naturalizado brasileiro - o que acabou sendo impedido pelo Supremo Tribunal Federal. A Conectas contribuiu com um dossiê amicus curiae.

A Conectas também atuou nas duas principais tentativas do governo de restringir direitos dos migrantes. Em julho, uma portaria publicada e assinada pelo Ministro da Justiça, Sergio Moro, autorizou a possibilidade de deportação célere de migrantes com base na suspeita de que a pessoa seja uma ameaça à segurança nacional, por meio de envolvimento em terrorismo ou crime organizado de tráfico de drogas, entre outros. A Conectas trabalhou com parceiros para pressionar o governo a remover os piores dispositivos do decreto 666/2019. Em resposta à pressão contra o decreto, a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, apresentou uma ação ao Supremo Tribunal Federal (STF) reivindicando a suspensão da medida do Ministro Sérgio Moro. A medida prevê a negação de entrada, a repatriação e a deportação sumária de estrangeiros. O governo publicou uma nova portaria alterando os dispositivos mais graves.

Buscando também restringir os direitos dos migrantes, dispositivos contendo sérios retrocessos em relação à nova Lei de Migração, como a possibilidade de expulsão e deportação sumária de migrantes, foram incluídos no projeto de lei 1928/2019. A Conectas e outras organizações da sociedade civil pressionaram contra o projeto de lei, e ele foi derrubado pelo Senado em outubro.

#### Revista Sur

Em 2019, a Conectas publicou uma edição da Revista Sur em três idiomas: português, espanhol e inglês. A edição especial número 29 de Sur sobre Religião e Direitos Humanos foi publicada em parceria com dois editores convidados: Magali do Nascimento Cunha and Paul Freston, ambos professores que estudam a religião e seus impactos na sociedade de forma aprofundada. A edição publicou artigos sobre a relação entre religião e direitos humanos, incluindo liberdade religiosa; gênero, religião e migração; religião e direitos humanos; e as lutas por direitos.

Além disso, a edição incluiu apresentação multimídia relacionadas ao filme "Híbridos - Os espíritos do Brasil", também exibido durante um debate no Cine Direitos Humanos - uma sessão de cinema mensal realizada pela Conectas. A Conectas também organizou um evento de lançamento na Casa 1 em setembro de 2019, e outro em outubro em Brasília, no Instituto Federal de Brasília. Também organizou um debate sobre Religião, Política e Direitos Humanos no Museu da República, no Rio de Janeiro, e um debate sobre Religião e Democracia na Taperá Taperá, em São Paulo. Ademais, um terceiro debate sobre Migração, Religião e Direitos Humanos aconteceu no Museu da Imigração em São Paulo, em dezembro.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

# Colóquio Internacional de Direitos Humanos

A Conectas organiza o Colóquio Internacional de Direitos Humanos a cada 2 anos. Em 2019, o Colóquio aconteceu entre 6 e 11 de outubro, com atividades em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília. A 16ª edição aconteceu em um cenário em que políticas e movimentos cada vez mais conservadores visam a comprometer os direitos humanos no Brasil e ao redor do mundo.

Esta edição do colóquio teve como objetivo o compartilhamento de estratégias para fortalecer organizações, grupos e movimentos, além de ampliar a ação colaborativa, incluindo o uso de redes. Portanto, o evento foi concebido como um espaço para inspirar e fortalecer organizações e ativistas - que frequentemente trabalham em localidades inóspitas e isoladas -, para que eles pudessem dividir experiências e aprender sobre novas ideias, construir mais força e oxigenar seu trabalho diário.

# Programa de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais

## Responsabilidade Corporativa

A Conectas entende os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas como um instrumento importante para proteger os direitos humanos e promover a responsabilidade corporativa. A Conectas trabalha para aumentar a conscientização a respeito dos princípios e pressiona o governo brasileiro para implementá-los, apresentando a situação do país em fóruns internacionais. Em maio, a Conectas participou da audiência pública da CIDH sobre violações a direitos humanos cometidas por empresas em Kingston, Jamaica, e em novembro, do Fórum das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, em Genebra, Suíça, fazendo denúncias internacionais sobre a situação no Brasil.

Buscando produzir dados a respeito da questão, em março, a Conectas divulgou o segundo relatório sobre Recomendações ao Brasil do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos. No relatório, Conectas analisa a implementação das recomendações feitas pelo Grupo de Trabalho ao Brasil - tanto para governos quanto para empresas - e apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com 59 das principais empresas no país.

#### Financiamento do Desenvolvimento

A Conectas e seus parceiros têm assumido o papel de fiscalizar o BNDES, o Banco Brasileiro de Desenvolvimento, já há alguns anos. Como parte desse trabalho, a Conectas tem realizado diversas atividades para aperfeiçoar as políticas e práticas de transparência, participação e accountability do BNDES. A Conectas pressionou o BNDES por mais transparência sobre seu impacto socioambiental, incluindo o monitoramento de projetos financiados pelo banco.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Em junho de 2019, o BNDES abriu uma consulta pública para revisar sua política socioambiental. Conectas participou da consulta, enviando comentários ao banco e pressionando que ele assumisse um compromisso mais forte e profundo com os direitos humanos e ambientais. A Conectas apresentou recomendações sobre a institucionalização da proibição de financiamento a usinas termoelétricas; sobre as políticas para os direitos das populações indígenas, em conformidade com os padrões internacionais; sobre mudanças climáticas; e sobre o financiamento à indústria armamentista. Além disso, recentemente, em junho de 2019, A Conectas participou de um seminário sobre o impacto socioambiental dos Títulos Verdes (Green Bonds), no qual representantes do BNDES fizeram uma apresentação sobre as ações do Banco a esse respeito. O Banco ainda não publicou os resultados da consulta.

Naquilo que diz respeito a seu trabalho para pressionar o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Conectas tem estabelecido um diálogo regular, participando de encontros e apresentando recomendações e reivindicações ao banco. Esses desenvolvimentos no último ano foram muito significativos. Durante o segundo encontro, em Shangai, em novembro de 2018, o NDB e as organizações de sociedade civil concordaram em concentrar o trabalho em quatro áreas principais: transparência; participação; gênero e sistema de governo. A Conectas e seus parceiros pressionaram o NDB durante o Encontro Anual na Cidade do Cabo, África do Sul, em abril de 2019. Além disso, o Banco apresentou seus critérios para avaliar a sustentabilidade dos projetos financiados - critérios os quais, segundo representantes do banco, foram baseados em relatório sobre infraestrutura sustentável feito pela Conectas com seus parceiros. Atualmente, a Conectas está analisando os impactos do primeiro projeto financiado pelo NDB no Brasil.

# Combate a Escravidão Contemporânea

A Conectas atua para estabelecer uma legislação sólida que garanta proteção para trabalhadores e accountability para aqueles usando trabalho forçado. Como parte dessa atuação, a Conectas tem pressionado o governo para ampliar seus esforços na luta contra o trabalho forçado, estabelecendo inspeções em resposta a denúncias nesse sentido. Além disso, a Conectas tem aumentado a conscientização sobre a importância de haver uma legislação implementando transparência na cadeia produtiva. Em 2019, a Conectas realizou um evento com diversos especialistas internacionais para discutir a melhor forma de implementar devida diligência e transparência na cadeia produtiva.

Como parte do nosso trabalho na Conectas, auxiliamos parceiros no campo na apresentação de denúncias em fóruns internacionais, como o Fórum das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos. A Conectas também trabalhou com parceiros para responsabilizar agentes empregando trabalho forçado. Em conjunto com a ADERE-MG (Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais, um sindicato de trabalhadores rurais de Minas Gerais), a Conectas moveu uma ação sobre trabalho forçado na indústria do café de Minas Gerais junto ao Ponto Nacional de Contato, OCDE, em 2018, e tem desde então atuado na defesa desses trabalhadores.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

#### Clima e Direitos Humanos

Desde 2018, a Conectas e organizações parceiras têm analisado a possibilidade de contestar judicialmente casos relacionados à crise climática no Brasil. Após pesquisa intensa e aprofundada, a Conectas lançou um guia de litígio climático em dezembro de 2019. O guia foi lançado durante a COP25 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), no painel "Perspectiva de litígios climáticos fortalecidos na América Latina: casos, abordagens e oportunidades", organizado pelo iCS (Instituto Clima e Sociedade), uma organização filantrópica que promove a prosperidade, a justiça e o desenvolvimento com baixa emissão de carbono no Brasil, em parceria com a Conectas Direitos Humanos e a AIDA (Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente).

A Conectas publicou em 2019 uma série de artigos visando à promoção da disseminação do conteúdo legal no campo de Direito e Clima. Especialistas nacionais e internacionais foram convidados a escrever sobre questões relacionadas a mudanças climáticas e direitos humanos, regime legal internacional sobre mudanças climáticas, financiamento sustentável, litígio estratégico, controle de comércio de gases estufa, entre outros.

# 10. Valor justo dos trabalhos voluntários e gratuidades

Os trabalhos voluntários identificados pela administração, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos:

	2019	2018
Voluntários	$T \sim 1$	The state of the s
Áreas temáticas	67.373	177.353
Despesas continuadas	7.281	7.491
Total	74.654	184.844

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do superávit na rubrica de "Receitas com gratuidades" com contrapartida em "Despesas das atividades".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima, estão apresentados de acordo com a Interpretação ITG-2002 (R1 - 2015) advinda da Resolução CFC no. 1409/12. Foi determinado a partir do valor que a Associação estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço executado pelos voluntários. Nesse sentido, a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado - especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Conectas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

A Associação reformulou seu entendimento sobre gratuidades e entende que o trabalho executado pelos membros do Conselho não é trabalho voluntário, tampouco gratuidade, haja vista que há obrigações legais oriundas destes cargos que, pela sua natureza, não são remunerados.

#### 11. Resultado financeiro

	2019	2018
Rendimento de aplicação financeira	526.215	485.436
Outras receitas financeiras	504	211
Despesas bancárias	(1.956)	(3.364)
Outras despesas financeiras	(321)	(830)
的现在分类类。在自己表现,这种企业类似的企业,这位	524.442	481.453

# Imunidade do Imposto de Renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Associação atende aos requisitos da legislação sendo imune do Imposto de Renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isento da contribuição social sobre o superávit e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição às receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG -2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", caso a entidade não fosse isenta a alíquota vigente para recolhimento é 9% (contribuição social) e 7,6% (financiamento da seguridade social - COFINS), 1,65% PIS/FATURAMENTO, 15% (Imposto de Renda). A Conectas tem o título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 07 de novembro de 2003.

# 13. Demandas judiciais

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Define a Lei nº 10.637/02, em seu artigo 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu artigo nº 10, que as Pessoas Jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições.

Assim, por não haver tratamento específico, as Pessoas Jurídicas isentas, como a Conectas, se sujeitariam ao regime não cumulativo e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

A Conectas optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar inaudita altera parte, tendo como base:

- Inconstitucionalidade da instituição do tributo;
- Da imunidade, respaldada no 195, § 7ª da Constituição Federal, amparada pelo artigo 3º da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS).

Não obstante, a Conectas efetuou provisão no valor de R\$ 105.376, conforme balanço patrimonial - ativo não circulante - "Depósitos Judiciais" para o devido recolhimento em juízo enquanto aguarda o resultado da discussão judicial.

# 14. Outras informações

- (a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Associação não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;
- (b) A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída ou plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações;
- (c) Conectas possui Seguro D&O desde 26 de fevereiro de 2016, que compreende o pagamento a título de perdas e danos, devido a terceiros pelo Seguro em decorrência de ato ou fato, pelo qual seja responsabilizado, reclamado e/ou notificado durante o período de vigência da apólice, ou, quando expressa contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade de cobertura, desde que o segurado tenha comunicado a seguradora durante o período de vigência do seguro e que o terceiro tenha a ele apresentado sua reclamação, durante a vigência da apólice ou durante o período complementar ou suplementar se adquirido pelo segurado. O âmbito de cobertura é mundial, com as seguintes coberturas adicionais:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

- Cobertura para processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo, mas não limitando, à responsabilidade cível, consumerista, previdenciária ou criminal;
- Custos de investigação conduzida por órgão governamental;
- Reclamações relacionadas à responsabilidade tributária;
- Práticas Trabalhistas Indevidas (EPL);
- Erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha dos produtos;
- Custos de Defesa para Multas e Penalidades;
- Processos de Bens e Liberdade:
- Bloqueio e indisponibilidade de bens;
- Reclamações movidas por uma pessoa segurada;
- Reclamações movidas pelo tomador, organizações ou entidades externas;
- Custos incorridos em processos de extradição;
- Reclamações por dano material e corporal;
- Reclamações por dano moral;
- Cobertura automática para novas subsidiárias;
- Cobertura para processos já existentes contra PJ que venham a recair, durante a vigência da apólice, contra os administradores em função da desconsideração da personalidade jurídica;
- Cobertura para custos de defesa para reclamações relacionadas à concessão de Garantias pessoais (Aval e Fiel depositário);
- Custos emergenciais;
- Proteção da imagem pessoal (Despesas de Publicidade);
- Cobertura para Inabilitação
- Eventos extraordinários com reguladores;
- Gerenciamento de crises.

#### 15. Eventos subsequentes

Não observamos nenhum evento subsequente entre o encerramento contábil e emissão deste documento que ensejasse menção nestas notas explicativas.

Juana Magdalena Kweitel Diretora Executiva Juraci da Conceição Vieira Contador CRC-1-SP160.881-0-0